
ORIENTAÇÃO

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

USP

5



SÃO PAULO — OUTUBRO — 1984

Anar?

FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO POLÍTICO NA ÁFRICA

ARMANDO CORRÊA DA SILVA (*)

INTRODUÇÃO

A fronteira é a expressão mais acabada do território político. Como o território é aquela porção de terreno de que se tem domínio ou posse a fronteira é a sua delimitação decorrente da presença de outro território, pertencente a outros (1).

A fronteira tem origem possivelmente na divisão do trabalho entre povos nômades e sedentários, com a separação entre o campo e a cidade e o aparecimento da propriedade privada (2). Uma das primeiras delimitações efetivas talvez tenha sido a muralha que cercava as cidades antigas, desde que veio a se formar o Estado. É que com este se estabelece a necessidade de formalização do território político. Daí, talvez, ser a expansão da fronteira uma decorrência da expansão do Estado.

(*) — Prof. Livre Docente do Departamento de Geografia da FFLCH/USP.

(1) — É a idéia de espaço político. "O espaço político é um espaço humano que se realiza como domínio sobre o espaço produzido. Por isso, ele implica em domínio de parte da sociedade sobre outra através do Estado. Para que isso ocorra é preciso que a sociedade esteja dividida em classes antagônicas. Então, a relação de dominação tem a ver diretamente com a forma de propriedade, em primeiro lugar, do solo, em segundo lugar, dos instrumentos e meios de trabalho.

"O espaço produzido não é o mesmo em todos os tempos e lugares, mas varia com o modo de produção. Ele assume, assim, formas próprias ao desenvolvimento do modo de produção, de acordo com as características deste e as particularidades da formação espacial e social que lhe corresponde. Essa particularidade expressa o movimento do real, as formas velhas sendo substituídas pelas novas ao longo da história.

"O espaço é produzido segundo os interesses da classe ou das classes dominantes da sociedade. Como o domínio político deve justificar-se através da coerção ou do consenso, ele se expressa como ideologias, que servem de justificativa do poder". (Silva, 1981, p. 1).

É importante considerar os casos em que não existe o Estado, mas o povo tem domínio sobre o território, como se verá adiante. É uma questão ainda pouco esclarecida do ponto de vista teórico.

(2) — Pode ocorrer a inexistência de propriedade privada da terra como bem esclareceu Godelier ao referir-se ao modo de produção asiático em trabalho recente.

Convém, no entanto, discernir alguns tipos de fronteiras (3).

Em primeiro lugar, a fronteira de recursos, como territórios de caça, pesca e coleta, apropriados numa relação direta com a natureza. Esses territórios parecem ter existido desde tempos muito remotos.

A fronteira étnica é outro tipo de fronteira e diz respeito ao raio de domínio de uma etnia sobre o território em que vive ou do qual necessita para atender suas necessidades de beber, alimentar-se, vestir-se e habitar. A etnia deve ser considerada uma totalidade que envolve não só necessidades materiais mas também culturais.

A fronteira militar estabelece-se com a presença de marcos específicos ou a presença de unidades guerreiras que garantem a posse do território próprio ou conquistado nos conflitos.

A fronteira política (4), demarcada, parece ter origem antiga, mas sua generalização universal é produto da História Moderna.

A presença do Estado com suas fronteiras políticas teve uma lenta evolução. É que sua demarcação demanda a existência de conhecimentos como os de agrimensura (topografia) e estes já existiam entre os gregos antigos. No entanto, a invenção de um instrumento como o teodolito, capaz

(3) — Não se mencionam aqui as chamadas *fronteiras ideológicas* porque o assunto vai além das intenções deste trabalho. Quanto às fronteiras naturais elas foram consideradas como parte da fronteira de recursos. O trabalho incide primordialmente sobre a formação da fronteira política.

(4) — "Uma fronteira (boundary) é uma linha que caracteriza o limite legal do território de um Estado e o começo do território de outro Estado (ou, no caso de fronteiras marítimas e aéreas, o limite do território de um Estado, adjacente a águas internacionais ou à atmosfera).

1) Uma fronteira é uma linha e não uma zona, isto é, não tem largura imaginária ou efetiva. (...)

2) Uma fronteira delimita uma *separação* entre os territórios dos Estados". (Mensah-Brown, 1975, pp. 70/1).

de realizar a triangulação, é bem mais recente. Por isso, parece ter sido com o desenvolvimento do mercantilismo, já na aurora do capitalismo como modo de produção, que surge a necessidade de demarcação de limites políticos do território. É que a divisão da sociedade em suas classes sociais modernas encontra-se, então, em estágio avançado.

Com o capitalismo industrial, o capitalismo propriamente dito, a fronteira política encontra sua forma mais completa. Historicamente isto se deu na Europa a partir da unificação dos reinos feudais e a formação dos Estados modernos.

É de notar que o capitalismo, apesar de ser um sistema que tende à universalização, deteve-se em sua geografia, como unidades constituintes, nos limites dos Estados nacionais. O socialismo estabeleceu-se também nos limites destes Estados, reconstituindo o território de vários povos em repúblicas, como é o caso da URSS. Isto é, manteve-se a forma república e o Estado nacional.

A expansão do modo de produção capitalista encontrou os povos fora da Europa em diferentes graus de desenvolvimento e evolução. Onde já existia o Estado existiam fronteiras políticas. Fora daí predominavam ainda divisões com bases em fronteiras de recursos ou em fronteiras étnicas. Os colonizadores encontraram Estados já formados cujos territórios preservaram em parte ou territórios de grupos tribais sem Estado (5) cujas rivalidades não deram origem a fronteiras duradouras a não ser talvez aquelas decorrentes de barreiras naturais. Em muitos casos não havia necessidade de delimitação de fronteiras. Estes territórios foram retalhados segundo os interesses do colonialismo. Foi o que aconteceu na África.

Deve-se levar em conta, também, que a mesma separação territorial entre os povos, de origem remota, deu causa — por força da divisão do trabalho — a trocas e ao escambo, muitos dos quais devidos aos contatos oriundos das migrações. Não devem ter existido obstáculos ao comércio, apenas interrompido em alguns momentos históricos. É importante assinalar a presença de rotas comerciais que atravessavam o Saara desde tempos antigos.

AS FRONTEIRAS NA PARTILHA DA ÁFRICA

A expressão partilha da África merece um reparo. É como se não tivessem existido divisões territoriais no continente africano antes do século XIX.

(5) — É o caso dos Senufo, atualmente, que vivem na Costa do Marfim, Mali, Alto Volta e o Gana.

Kinder e Hilgemann (1970: 232/3) identificam na África algumas unidades antigas. Ghana aparece com uma referência ao século V d. C. quando viajantes brancos tributam então grupos bérberes. Na capital, Kumbi, desenvolve-se o comércio com os árabes — ouro, jóias, cobre, tâmara. Este reino teria se desintegrado no século XI sob domínio muçulmano. No Mali, Sundiata Keita fundou em 1235 um grande império com capital tal na antiga Mali que teve esplendor entre 1302 e 1337 com Kangó Mussa. Desenvolveu-se a cultura do algodão, tecidos e a exploração de minas de ouro. Mas, não há referências a fronteiras.

Os dois autores citados identificam na África, com relação a períodos históricos distintos, diversos povos e Estados, sem muita precisão. Ao norte, povos organizados na Argélia, Tunísia, Tripolitânia e Egito. Ao sul do Saara identificam os Segu, os Yatenga, os Estados Haúsa, os Bornu, os Uadai, os Beguirmi, os Darfur, os Kordofan, os Fung, os Shilluk e os Kaffa. Todos ao norte da zona de selva virgem. Nesta, os Ashanti — da civilização Akan — os Borgu, os Nupe, os Yoruba, os Yunkun. No centro do continente, os Ruanda, os Burundi, os Kuba, os Luba e os Lunda. Perto do atual Moçambique, os Bena. Mais ao sul os Monomotapa. Ao sul, os Xhosa.

Os autores dão a essas referências o status de Estados, como se disse, mas não é desenvolvido o assunto, não se sabendo quais tipos de fronteiras existiam.

No século XVI o quadro geral apresentava a presença desses Estados e/ou povos, de missões cristãs no Congo e Moçambique, a zona de influência árabe na costa ocidental e as vias comerciais marítimas, com seus pontos de referência costeiros no continente. São os casos de Arguin, St. Louis, Gorée, Bathurst, Cacheo, Mitombo, Elmina, Fernando Pó, S. Tomé, S. Salvador, Luanda, Benguela, Cidade do Cabo, Sofala, Ste. Marie, Sena, Tete, Moçambique, Kilwa, Zanzibar, Pemba, Mombassa, Malindi, Mogadiscio, Socotra, Massaua e Cairo — que são bases de portugueses, ingleses, franceses, holandeses e árabes.

Esses povos europeus relacionavam-se com o continente africano para a obtenção de escravos, ouro, sal, peles, marfim, tâmaras, café, pedras e madeiras preciosas.

Segundo ainda Kinder e Hilgemann, até princípios do século XIX a África viu saírem do continente, sob a forma de escravos, cerca de 22 milhões de habitantes dos quais aproximadamente a metade morreu no transporte para o continente americano. Embora a África já conhecesse a instituição da escravidão, trata-se da chamada "escravidão moder-

na", diferente da encontrada no continente africano. Foi uma perda inestimável de população.

*

No decorrer do século XIX a África tornou-se objeto de cobiça de aventureiros e da presença de viajantes, missionários, militares e colonizadores, além de entidades oficiais européias.

Deve ser mencionada, no final do século, a passagem da policultura tradicional para a monocultura, diretamente introduzida pelo branco ou através da população africana, o que tem relação com a demanda européia dos produtos da África. Criou-se mesmo um imposto obrigatório para a efetivação dessa divisão do trabalho.

Os mesmos autores citados, Kinder e Hgelmann, (Idem, 106/7, vol. II) identificam na África neste século alguns Estados e reinos e já a presença da configuração dos futuros Estados oriundos do colonialismo. No primeiro caso estão a Abissínia, Matabele, Luba, Rotse, Lunda, Kuba, Zande, Samori, Yoruba, Borgu. Há o Reino de Mohammed Ali e o Reino de Ful Sokoto. Estão constituídos os Estados islâmicos do Marrocos, Argélia, Tunísia, Tripolitânia e Egito. No segundo caso aparecem a Senegâmbia, Rio Muni, Gabão, o litoral de Angola e de Moçambique e o território da Sociedade do Congo (6). No extremo sul definem-se a Colônia do Cabo, a África Alemã de Sudoeste, a Bechuanalândia, Griqua Ocidental, o Estado Livre de Orange, Griqua Oriental, Tembuland, Transkei, Kaffraria, Basutolândia, Transvaal além de outros. Não contando a África Alemã de Sudoeste e a Bechuanalândia, constituirão a União Sul Africana em 1910.

Com exceção dos Estados oriundos do colonialismo não há referências a fronteiras políticas, que devem ter existido. Quanto aos modos de produção (7) os atores referem-se apenas ao feudalismo no

(6) — Existiram a Sociedade do Congo, a partir do Comitê de Estudos do Alto Congo e a autoridade de Leopoldo II, monarca da Bélgica. Em 17 de novembro de 1879 foi criada a Associação Internacional do Congo, AIC, diversa da Associação Internacional Africana, AIA. Depois, por morte de Leopoldo II o Estado Livre do Congo é doado no testamento do rei à nação belga, em 1908.

(7) — A questão dos modos de produção quanto à África é controvertida. Lúkacs, por exemplo, afirma o seguinte: "Nas condições em que Marx viveu, ele nunca analisou o desenvolvimento dos povos africanos. A base da mais rigorosa reflexão marxista, estamos no direito de perguntar: onde está escrito que o desenvolvimento dos povos africanos deverá inexoravelmente efetuar-se de acordo com o modelo europeu ou mesmo conforme o esquema asiático? Pode acontecer que, além das relações de produção européias e das relações asiáticas, existam igualmente relações de produção especificamente africanas". (1969, p. 168).

Sudão. Há diversas monarquias sem especificação da formação social destas.

*

A chamada partilha da África iniciou-se com a Conferência de Berlim que durou o período 1884/85. Ela foi precedida pela Conferência Internacional de Geografia (Bruxelas, 1876). "De olhos voltados para a bacia do Congo, o rei belga Leopoldo II, um monarca estudioso da geografia e leitor assíduo dos relatos de expedições científicas, convoca, em 1875, uma reunião de geógrafos, a Conferência Internacional de Geografia. Realizada em Bruxelas e sob a presidência de Leopoldo II, a ela compareceram sociedades geográficas de vários países, além de diplomatas e exploradores famosos. A Conferência de Bruxelas teve por objetivo, traçado pelo próprio Leopoldo em seu discurso de inauguração solene, a tarefa de debruçar-se sobre o continente africano, com o intuito de "abrir

Alguns anos mais tarde Godelier disse o seguinte: "Marx nos deu, através da noção de *Modo de Produção Asiático*, a imagem de certas sociedades organizadas em comunidades aldeãs particulares, submetidas ao poder de uma minoria de indivíduos, representantes de uma comunidade superior, expressão da unidade real ou imaginária das comunidades particulares. Este poder, em sua origem, tem raízes nas funções de interesse comum (religiosas, políticas, econômicas) e se transforma gradualmente em poder de exploração sem deixar de ser um poder de função. As vantagens particulares de que se beneficia esta minoria a título dos serviços prestados às comunidades, se transformam em obrigações sem oposição, ou seja, em exploração. Constantemente as comunidades sofrem a expropriação do solo, que se converte em propriedade do rei, personificação da comunidade superior. Há, pois a exploração do homem, o aparecimento de uma classe exploradora, sem que exista a propriedade privada da terra".

Godelier trabalha com a "hipótese de que Marx, sem comprovação, concebeu uma forma de organização social propícia à passagem de sociedade sem classe à sociedade de classes, uma forma que contém a *contradição da passagem da sociedade sem classes à sociedade de classes*".

O autor dá os exemplos da Europa antiga (reinos micênicos ou etruscos), da África Negra (reinos e impérios de Mali, de Gana, reino Bamum etc.) e da América pré-colombiana (grandes civilizações agrárias mesoamericanas ou andinas). (1978, 73/87).

Eduardo Fioravante observa, seguindo Godelier, o seguinte: "O aparecimento na África dos reinos de Gana, Mali, Songhai, etc., não é produto da organização de grandes trabalhos, mas realizou-se graças ao controle do comércio intertribal ou inter-regional, por uma minoria de aristocratas tribais, baseado na troca de materiais preciosos (ouro, marfim, ferro, peles, etc.). Um exemplo claro desta situação apresenta-se em Madagascar ao lado do reino dos Imerina, onde a economia assentava-se no cultivo de arroz por meio da irrigação; já o reino de Sakalave repousava sobre o gado nômade e o comércio de bois e escravos". (1978, 134).

É, pois, um assunto em discussão. Para o que interessa a este artigo não há referências ao espaço ocupado por um modo de produção, o que vem sendo discutido recentemente pela Geografia. (Cf., Santos, 1978).

Cf. também Diop, C. Anta (1982) *Civilisation ou Barbarie*, Presence Africaine, Paris.

à civilização a única parte de nosso globo em que ela não havia ainda penetrado... conferenciar para acertar o passo, combinar os esforços, tirar partido de todos os recursos, evitar a duplicação do trabalho". (Moreira, 1981, 7/8).

A Conferência de Bruxelas criou a Associação Internacional Africana, a A.I.A., da qual participaram vários países em suas Comissões Nacionais.

A Conferência de Bruxelas foi o início de um processo que teve o seu apogeu na Conferência de Berlim. "A Conferência de Berlim destinou-se à apara das arestas e à institucionalização da política de 'áreas de influência'. Será organizada sob os auspícios do governo alemão, até então ausente da escalada internacional por força dos problemas domésticos do capitalismo alemão, e realizar-se-á arrastadamente de 15 de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885. Dela participaram os mesmos integrantes da Conferência de Bruxelas, mas reinarão os diplomatas das potências imperialistas, principalmente da Alemanha, da Bélgica, da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos. Bismarck, o chanceler alemão sob cujo governo move-se tenaz repressão ao movimento socialista e operário articulado à I Internacional dos Trabalhadores, recém-extinta, presidirá a Conferência Internacional de Berlim, sentado à cabeceira de uma mesa de ferro perto da qual, sobranceiro, sobressai enorme mapa da África". (Moreira, idem, 10/11).

A Conferência de Berlim foi um momento de partilha do mundo colonial africano em que ainda eram possíveis os acordos a respeito de territórios (8). Nada impedirá, no entanto, que as potências imperialistas se defrontem na 1ª. guerra mundial de 1914-18.

Assim, o mapa da África em 1914 apresentará a presença em território africano de portugueses, ingleses, franceses, belgas, espanhóis, italianos e alemães.

(8) — É o caso do princípio da ocupação efetiva, definido em dois artigos:

"Art. 34º — A Potência que de futuro tomar posse de um território nas costas do Continente africano situado fora das suas actuais possessões ou que, não a exercendo até aí, venha a adquiri-la, e igualmente a Potência que num desses territórios vier a assumir um protectorado, acompanhará o respectivo acto de uma notificação às outras Potências signatárias do presente Acto afim de lhes permitir que façam valer, se for caso disso, as suas reclamações".

"Art. 35º — As Potências signatárias do presente Acto reconhecem a obrigação de assegurar nos territórios por elas ocupados, nas costas do continente africano, a existência de autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e eventualmente a liberdade do comércio e de trânsito nas condições em que for estipulada".

Como se fizeram as delimitações de fronteiras?

O caso do Congo (atual Zaire) é ilustrativo.

Na época da partilha as divisões da África baseavam-se em dados precários, porque as chamadas "áreas de influência" dependiam de delimitações que não existiam. O arbítrio era o critério que tomava como referência "latitude e longitude, linha de divisão das águas, curso presumível de um rio de que mal se conhecia a embocadura, populações (quando as etnias eram suficientemente estáveis, agrupadas e organizadas em Estados, para poder formar conjuntos de acordo com as exigências da técnica e da economia modernas)". (Brunschwig, 1971, 58) (9).

No caso do Congo a integridade da bacia do grande rio — numa época em que a Geografia valorizava as chamadas regiões naturais — não foi respeitada porque a isso se opuseram portugueses (Angola), franceses (Gabão, África Equatorial Francesa) e alemães (Camarões).

Leopoldo II ficava então soberano sobre uma enorme porção territorial do continente africano, sem que seus habitantes tivessem escolha para decidir o próprio destino.

*

Em 1914 a política imperialista havia criado o mapa da África colonial. Ao norte apresentavam-se o Rio do Ouro, Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito. Abrangendo ainda parte do deserto existiam a Mauritânia, o Senegal, Gâmbia, Guiné, África Ocidental e Equatorial, Sudão Anglo-Egípcio, Eritreia, Abssínia e Somália. Já nos domínios da floresta equatorial existiam Serra Leoa, Libéria, Costa do Ouro, Togo, Nigéria, Camarões, Rio Muni, Gabão, Congo Belga, Uganda, Kénia, África Oriental, Zanzibar, Angola, Rodésia do Norte, Rodésia do Sul, Niassa e Moçambique. Ao sul existiam a África de Sudoeste, a Bechuanalândia, a Basutolândia e a Colônia do Cabo.

*

No intervalo entre as duas guerras mundiais a divisão da África apresentou problemas de ajuste

(9) — "O exame do mapa político da África despertará a atenção de qualquer leitor, pela estranha rede formada pelas linhas de fronteiras. Como maneira de facilitar a tarefa, para cuja execução se impunha a maior urgência, as Potências europeias lançaram mão dos mais variados critérios e suas combinações: paralelos e meridianos, segmentos de recta com diversas orientações, arcos de círculo, traçados fluviais, linhas divisórias de redes hidrográficas, alinhamentos de relevos, etc. Sucedeu, por vezes, que determinados acidentes geográficos ainda não estavam reconhecidos com rigor, e alguns deles, na realidade, não existiam. Para cada uma delas o importante era assegurar a extensão das suas conquistas coloniais ou do avanço imperialista, fosse de que modo fosse, indiferentemente das condições geográficas ou étnicas". (Amaral, 1982, 27).

tamentos de fronteiras entre as potências imperialistas como no caso da Líbia e Egito, da África Equatorial Francesa e Camarões, da Rhodésia do Norte e Tanganika. As antigas colônias alemãs ficaram sob mandato da Sociedade das Nações porque a Alemanha havia perdido a guerra (10).

Kinder e Hilgemann (199, II) informam o seguinte: "Com o fim da 1ª. guerra mundial concedeu-se à Grã-Bretanha mandatos de tipo B, ou administração de territórios na qualidade de colônias: Tanganica, parte de Camarões e Togo ocidental. A França obteve, por critério semelhante, Togo oriental e o resto de Camarões; à Bélgica concedeu-se Ruanda-Urundi. Considerado como um mandato de tipo C, o sudoeste africano ex-alemão, passou para a União Sul Africana como parte integrante de seu território".

*

Em 1965 a África apresentava uma configuração de Estados divididos em monarquias (Marrocos, Líbia e Etiópia), repúblicas parlamentares (Nigéria, Dahomey (atual Benin), Congo-Kinshava, Sudão, Uganda, Somália, Malawi, Rhodésia e República Sul-Africana), repúblicas presidencialistas (Argélia, Tunísia, República Árabe Unida, Mauritânia, Mali, Senegal, Gâmbia, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Ghana, Togo, Chad, Camarões, República Centro Africana, Gabão, Kênia, Tanzânia, Zâmbia e Madagascar) e colônias (Guiné portuguesa — depois Bissau — África Ocidental Espanhola, Angola, Moçambique e Bechuanalândia). A Liga Árabe abrangia o Marrocos, a Argélia, a Líbia, a RAU e o Sudão. Alto Volta e Togo faziam parte da União Sahel-Benin. Ao Sul, a União dos Estados Africanos abrangia a África do Sudoeste (atual Namíbia), a República Sul Africana e a Rhodésia do Sul. A Mauritânia, o Mali, o Senegal, o Alto Volta, a Costa do Marfim, o Niger, o Chad, o Camarões, a República Centro Africana, o Congo-Brazaville, o Congo-Kinshasa, o Gabão, a Somália, o Ruanda, o Burundi e Madagascar faziam parte do CEE que abrangia a França, a Bélgica, a Holanda, Alemanha e Itália. À Commonwealth ligavam-se a Nigéria, o Gana, Uganda, Kênia, Tanzânia, Malawi e Zâmbia. Ligavam-se à França todas as suas ex-colônias com exceção da Guiné que em 1958, data da sua independência, votou o "não"

(10) — O caso do Togo e Camarões é significativo do processo de formação das unidades políticas africanas. Além da divisão entre Inglaterra e França, depois da 1ª guerra mundial surgiram mais tarde outros problemas. Quando da independência de Ghana em 1957 surgiu um movimento que levou à integração da parte inglesa do Togo à República de Ghana. Atualmente o Togo contesta o referendun pois alega que a população togoleza da parte britânica votou pela integração uma vez que Ghana já obtivera a independência e o Togo-Nação ainda não. O referendun ocorreu ainda no período colonial. Por sua vez, a parte inglesa do Camarões passou à Nigéria.

no Referendo sobre a Comunidade Francesa. Pertenciam, então, à Organização da Unidade Africana: Argélia, Alto Volta, Burundi, Camarões, Congo (Brazzaville), Congo (Leopoldville), Costa do Marfim, Daomé, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Libéria, Líbia, Madagascar, Mali, Mauritânia, Marrocos, Niger, Nigéria, República Árabe Unida, República Centro-Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Tchad, Togo, Tunísia, Uganda. Outros países participam após 1963 (11).

CONCLUSÃO

As lutas de independência e libertação nacional mantiveram as fronteiras políticas herdadas do colonialismo (12). O primeiro país independente politicamente foi Gana em 1957; em seguida a Guiné. O ano de 1960, chamado também "o ano africano" assistiu ao advento de inúmeros novos Estados independentes.

Apesar da independência o problema africano parece ser ainda em grande parte o da formação de Estados nacionais o que significa o estabelecimento de fronteiras reconhecidas. Isto porque o colonialismo deixou muitas marcas e problemas pendentes, que continuaram a existir com o neo-colonialismo.

Deve ser mencionada a posição da Organização da Unidade Africana, OUA, em relação às fronteiras. Na alínea 7 do preâmbulo da Carta se diz: "firmemente resolvidos a salvaguardar e a consolidar... a integridade territorial de nossos Estados...", assunto que é retomado na alínea 1 do artigo 2: "defender sua soberania, sua integridade territorial", e finalmente, na alínea 3 do ar-

(11) — Os objetivos da OUA são os seguintes:

- a) Reforçar a unidade e a solidariedade dos Estados africanos e malgache;
- b) Coordenar e intensificar sua cooperação e seus esforços para oferecer melhores condições de existência aos povos da África;
- c) Defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência;
- d) Eliminar sob todas as formas o colonialismo da África, e
- e) Favorecer a cooperação internacional, levando devidamente em conta a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem".

(12) — "Se voltamos nossa atenção para a África, constatamos um fato que dá lugar à reflexão: os chefes dos novos Estados independentes, quase por unanimidade, tem afirmado sua intenção de manter intactas as fronteiras que herdaram da época da colonização, apesar de seu caráter muitas vezes artificial; são numerosos os casos em que elas deixam, de um lado e de outro de sua linha de demarcação, populações que pertencem a uma mesma etnia". (Miroglio, 1970: 289).

A OUA assumiu essa delimitação de fronteiras que alguns países como a África do Sul não respeitam, como é o caso da fronteira ao sul de Angola. Como a África do Sul não obedeceu ao decidido pelas Nações Unidas quanto à Namíbia, ela dá apoio à contra-revolução em Angola, com apoio dos Estados Unidos.

tigo 3, "respeito pela soberania territorial de cada Estado e de seu direito inalienável a uma existência independente..." — procura-se garantir a intangibilidade das fronteiras africanas, o que na prática tem trazido problemas. O *uti possidetis juris* mereceu reparos da Somália e do Marrocos, mas os princípios de Addis-Abéba, de 1963, foram reafirmados pela Conferência do Cairo, de 1964, principalmente no que diz respeito ao artigo 3: "2º. Declara so-

lenemente que todos os Estados membros se dispõem a respeitar as fronteiras existentes no momento em que se tornarem independentes..." A quase unanimidade dos Estados africanos reconheceu esse princípio. (Cf. Boutros-Ghali, B. (1969) *L'Organisation de l'Unité Africaine*, Collection Institutions Internationales, Librairie Armand Colin, Paris).

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, I. do (1982) — *Entre o Cunene e o Cubango ou a Propósito de uma Fronteira Africana*, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- BOUTROS-GHALI, B. (1969) — *L'Organisation de l'Unité Africaine*, Collection U., Série Institutions Internationales, Librairie A. Colin, Paris.
- BRUNDSCHWIG, H. (1971) — *A Partilha da África Negra*, Khronos 6, tradução de Silval Freitas Medina, Editora Perspectiva, São Paulo.
- DIOP, C. ANTA (1982) — *Civilisation ou Barbarie*, Presence Africaine, Paris.
- FIORAVANTE, E. (1978) — "Do Modo de Produção Asiático ao Modo de Produção Capitalista" in Gebran, P. (Coordenação e tradução), *O Conceito de Modo de Produção*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- GODELIER, M. (1978) — "Hipóteses sobre a Natureza e as Leis de Evolução do Modo de Produção Asiático" in Gebran, P. (Coordenação e tradução), *Conceito de Modo de Produção*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- KINDER, H. e HILGEMANN, W. (1970/71) — *Atlas Histórico Mundial*, Volumes I e II, Colección Fundamentos 2, traducción de Antón Dieterich Arenas, Ediciones Istmo, Madrid.
- LUKÁCS, G. (1969) — *Conversando com Lukács* (Entrevistas), tradução de Giseh Vianna Konder, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- MENSAH-BROWN (Ed). (1975) — *African International Legal History*, United Nations Institute for Training and Research, New York.
- MIROGLIO, A. (1970) — *Le Sens et la Valeur des Frontières*, Revue de Psychologie des Peuples, 25me Année, nº 3, 3eme Trimestre, Université de Rouen, Le Havre.
- MOREIRA, R. (1981) — *O que é Geografia*, Editora Brasileira, São Paulo.
- SANTOS, M. (1978) — *Por uma Geografia Nova*, Hucitec-Edusp, São Paulo.
- SILVA, A. C. de (1981) — *A concepção Clássica de Geografia Política*, xerox, São Paulo.
- YAKEMTCHOUK, R. (1970) — "Les Frontières Africaines" in *Revue Générale de Droit International Public*, Editions A. Pedone, Paris.

2 — CATEGORIAS GEOGRÁFICAS

As categorias são formas ou modos do ser. Conforme a postura filosófica são entes ideais produzidos pela razão ou são determinações da existência. Como entes ideais, produzidos pela razão, podem ser tomadas como entidades lógicas. Como determinações da existência são modalidades ontológicas do ser. A solução da questão, ao nível da teoria, implica na consideração da teoria do conhecimento com a qual se trabalha ou com a postura do pesquisador.

As categorias, do ponto de vista do método, são universais abstratos que se transformam em universais concretos pela praxis.

Em Filosofia, que é o nível do conhecimento mais geral, as categorias, como determinações da existência, possuem amplo grau de generalidade. São categorias filosóficas o fenômeno, a essência, a causa, o efeito, a necessidade, a causalidade, a lei, o conteúdo, a forma, a possibilidade, o singular, o particular, o abstrato, o concreto, o histórico, o lógico, entre outras.

É importante considerar que a categoria filosófica determina o conteúdo dos conceitos que são utilizados por um autor, entendendo o conceito como uma representação do objeto pelo pensamento, por suas características gerais. O conceito difere da definição que é a determinação da compreensão de um conceito.

As categorias científicas têm dimensão menor que as categorias filosóficas. Por exemplo, a Física trabalha com as categorias massa, corpo, luz, ener-

gia, átomo, etc.; a Biologia com vida, espécie, herança, variação, etc.; a Economia Política com custo, produção, acumulação, valor, etc.; a Estética com belo, cômico, trágico, etc. São modos do ser, determinações da existência desses particulares. Elas já refletem a divisão intelectual do trabalho.

Quais são as categorias geográficas mais elementares?

O conjunto de categorias de uma ciência está relacionado ao objeto do conhecimento dessa ciência. As categorias fundamentais do conhecimento geográfico são, entre outras, espaço, lugar, área, região, território, habitat, paisagem e população. Elas definem o objeto da Geografia em seu relacionamento.

As categorias não têm significado fora do tempo. Se assim é, elas se tornam destituídas de atualidade; por assim dizer, elas se tornam coisas congeladas do passado. Por isso, a análise categorial não é uma boa solução para a compreensão do real, pois ela só dá conta do plano lógico do conhecimento.

Na verdade as categorias têm uma existência histórica e é preciso verificar, em cada momento e contexto, o que significam. Não obstante, são elas que norteiam o pensamento em sua apropriação das relações e fenômenos, tanto em Geografia como nas demais ciências.

ARMANDO CORRÊA DA SILVA

3 — VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO

A expressão "Valorização do Espaço" pode comportar pelo menos três significados principais: valorização mercantil ou comercial de uma dada parcela do espaço para efeito de transações imobiliárias; valorização "subjéctiva" ou mais especificamente "psicológica" do espaço, em que está-se referindo aos distintos significados dos variados "meios geográficos", captados pela percepção do homem habitante em sua vida cotidiana de um lado, e de outro, pelos distintos juízos subjéctivos que os homens fazem dos espaços com os quais convivem, direta ou indiretamente. Por último, a valorização

"objéctiva" do espaço, que será aqui examinada mais detalhadamente.

Nesta última acepção, o conceito de valorização deriva de um conceito mais geral (uma categoria) que é o valor, considerado central para a Economia Política Clássica e os marxistas em particular. Ele expressa como nenhum outro o real significado do trabalho humano, que no intercâmbio permanente com a natureza e seus recursos, transforma materiais brutos em objetos de uso individual e social. Expressa, igualmente, o potencial de troca desse produto por outro ou por dinheiro, definin-